



**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE
UM CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, AO ABRIGO DO
DECRETO-LEI N.º 50/2021, DE 15 DE JUNHO, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE
MEDIDAS DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO “SISTEMA DE
ILUMINAÇÃO PÚBLICA” (SIP) NO CONCELHO DE MIRA,**

Programa de Procedimento

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto do procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a adjudicação de uma proposta com vista à celebração de um Contrato de Gestão de Eficiência Energética, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, para a implementação de medidas de melhoria da eficiência energética no “Sistema de Iluminação Pública” (SIP) no concelho de Mira, nos termos das disposições previstas no Caderno de Encargos.
2. O presente procedimento segue a tramitação do procedimento de Concurso Limitado por Prévia Qualificação, nos termos do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho e do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).

Artigo 2.º

Entidade adjudicante, órgão que tomou a decisão de contratar, peças do procedimento e condições de participação

1. A entidade adjudicante no presente procedimento de contratação é o município de Mira, sendo o órgão competente para tomar a decisão de contratar e a decisão de adjudicação a respetiva câmara municipal, sendo todos os atos inerentes ao procedimento de formação do contrato acompanhados pelo Júri designado pelo autor da decisão de contratar, nos termos e para os efeitos dos artigos 67.º a 69.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado abreviadamente por CCP).
2. O presente procedimento foi autorizado por deliberação da câmara municipal de Mira de 12 de março de 2025 e por deliberação da assembleia municipal de Mira de 26 de fevereiro de 2025 e, foi autorizada a aprovação da repartição de encargos e autorização da assunção de compromissos plurianuais no período de vigência do contrato de gestão de eficiência energética a celebrar.
3. O presente procedimento é constituído pelo Programa de Concurso, Caderno de Encargos e respetivos anexos e será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Mira, à qual poderão aceder através do seguinte endereço <https://www.acingov.pt>.
4. O acesso à referida plataforma eletrónica, que permite ao interessado efetuar a consulta e descarregar as peças referidas no número anterior só é possível mediante a credenciação do mesmo junto da empresa [...] que gere o domínio [...]. A credenciação deverá ser efetuada através do sítio [...], o qual indicará no menu “Registo de Fornecedores”, os elementos necessários à identificação da empresa interessada.
5. A credenciação explicitada no número anterior permitirá ao interessado registado possuir um certificado de autenticação para o acesso à plataforma eletrónica.
6. A participação no procedimento de contratação depende da prévia inscrição no mesmo a ser efetuada no portal indicado em 4.

7. É também exigido ao interessado que detenha um certificado qualificado de modo a poder assinar digitalmente todos os documentos constitutivos das propostas.
8. O acesso aos documentos constantes da plataforma eletrónica é gratuito.
9. As peças do concurso encontram-se patentes para consulta na Unidade de Contabilidade, Património e Aprovisionamento no Município de Mira sita na Praça da República, 3070-304 Mira, onde pode ser consultado, entre as 09h00 e as 13h00 e as 14h00 e as 17h00 e, no site do Município <https://www.cm-mira.pt>.
10. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o Júri e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos do artigo 61.º da ei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 3.º

Condução do procedimento

1. O presente procedimento é conduzido pelo Júri composto por 3 (três) membros efetivos, um dos quais preside, e 2 (dois) suplentes, designado pelo autor da decisão de contratar, nos termos e para os efeitos dos artigos 67.º a 69.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado abreviadamente por CCP).
1. Ao Júri compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida à entidade adjudicante, nomeadamente, a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, a avaliação das propostas, a elaboração dos respetivos relatórios de análise e a realização da audiência prévia dos interessados.
2. Compete ainda ao Júri exercer as competências que lhe sejam delegadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos legais aplicáveis.
3. O Júri pode, desde que previamente autorizado pela entidade adjudicante, ser assessorado por pessoas ou entidades reconhecidamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.
4. As deliberações do Júri são aprovadas por maioria dos votos, não sendo admitida a abstenção, e devem ser fundamentadas.
5. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, deve mencionar-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão nela fazer exarar as razões da sua discordância.

Artigo 4.º

Idioma

1. Sem prejuízo das exceções previstas no presente Programa de Procedimento, todos os documentos apresentados pelos interessados devem ser redigidos em língua portuguesa ou, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente certificada, a qual prevalece, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

2. Exceção-se do disposto no número anterior vocábulos comumente expressos noutras línguas que sejam de conhecimento corrente.

Artigo 5º

Concorrentes

1. Podem apresentar propostas todas as empresas qualificadas como Empresas de Serviços Energéticos (ESE) nos termos do Regulamento do Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços Energéticos (SQESE), aprovado pelo Despacho n.º 6227/2022, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 96, de 18 de maio de 2022, cuja lista consta da página oficial da Direção Geral de Energia e Geologia (<http://www.dgeg.pt>), nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, desde que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, é permitida a apresentação de propostas por agrupamento qualificado como ESE nos termos do artigo 6.º do SQESE, sem que entre os respetivos membros exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação da proposta.
3. A apresentação de propostas por agrupamentos obedece às seguintes condições:
 - a) O agrupamento concorrente deve integrar, pelo menos, uma empresa de serviços energéticos qualificada que tenha sido convidada;
 - b) Sempre que a solução proposta contemple a execução de trabalhos de empreitada, o agrupamento concorrente deve ainda integrar, pelo menos, uma empresa habilitada com Alvará de Construção adequado aos trabalhos propostos;
 - c) Os membros do agrupamento concorrente não podem, em simultâneo, ser concorrentes de forma isolada ou integrar outro agrupamento concorrente;
 - d) Todos os membros do agrupamento, e apenas esses, deverão associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Agrupamento Complementar de Empresas ou de Consórcio Externo nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, com sede em Portugal;
 - e) O agrupamento deve fornecer à entidade adjudicante indicação clara da modalidade de associação escolhida e da participação qualitativa e quantitativa de cada empresa constituinte, assumindo igualmente que possui as condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Procedimento;
 - f) Todos os membros do agrupamento serão individual e solidariamente responsáveis, perante a Câmara Municipal de Mira, pela manutenção da sua proposta;
 - g) Não será permitida a alteração na composição do agrupamento de empresas, salvo autorização da entidade adjudicante, seja por substituição, entrada ou saída de qualquer membro, sob pena de exclusão do concurso;
 - h) A insolvência de qualquer das empresas integrantes de agrupamento candidato, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do concurso, seja qual for a fase em que o procedimento se encontre, salvo quando se encontrarem abrangidas por um plano especial de recuperação (PER), sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do

agrupamento pelos prejuízos causados à Câmara Municipal de Mira. O mesmo regime se aplica à dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas do agrupamento.

Artigo 6.º

Esclarecimento, retificação e alteração das peças do procedimento

1. Nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP, os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento e/ou a lista de erros e omissões das peças do procedimento por si detetados até às 23H59 do dia em que termina o 1.º (primeiro) terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os pedidos de esclarecimentos deduzidos e os erros e omissões identificados nos termos do número anterior devem ser dirigidos ao Júri e colocados na Plataforma.
3. Os esclarecimentos a que se referem os números anteriores serão prestados, por escrito, e disponibilizados na Plataforma, até às 23H59 do dia em que termina o 2.º (segundo) terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. A falta de cumprimento, por qualquer motivo, do prazo referido no número anterior, implica a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, pelo período equivalente ao atraso verificado.
5. A Entidade Adjudicante pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros e omissões das peças do concurso, bem como prestar esclarecimentos, até ao fim do segundo terço do prazo para a apresentação das propostas ou até ao respetivo prazo de entrega, devendo, nesse caso, ser prorrogado o prazo de apresentação das propostas pelo período equivalente ao do atraso verificado.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
7. As listas de erros e omissões, esclarecimentos, retificações, suprimentos e, quando aplicável, as decisões de prorrogação dos prazos são disponibilizadas na Plataforma e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.
8. No caso de as retificações ou a aceitação de erros e omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos das peças do procedimento que o Município de Mira considere fundamentais, o prazo para a apresentação das propostas é prorrogado pelo período equivalente ao tempo decorrido desde o início deste prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

CAPÍTULO II PROPOSTAS

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page.

Artigo 7.º

Convite

1. As entidades qualificadas como ESE no SQESE, aprovado pelo Despacho n.º 6227/2022, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 96, de 18 de maio de 2022, recebem o convite para a apresentação de propostas no âmbito do presente procedimento.
2. O convite inclui o programa do procedimento e o caderno de encargos, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º

Artigo 8.º

Vistoria dos Equipamentos

1. Os interessados poderão, a expensas suas e sob a sua responsabilidade, realizar uma visita aos equipamentos do sistema de iluminação pública objeto do contrato a celebrar, devendo inteirar-se das condições dos referidos equipamentos que entendam poder influir no modo de execução das prestações decorrentes do contrato e confirmar no terreno os dados e elementos disponibilizados pela entidade adjudicante, em anexo ao Caderno de Encargos, sobre esses equipamentos.
2. As visitas realizam-se, integralmente, até ao 10.º dia após a disponibilização do convite do procedimento na Plataforma.
3. Os interessados devem solicitar a realização de visita, mediante requerimento a apresentar na Plataforma, através do canal mensagem, obtendo indicação da data, hora e local, bem como do nome e contactos da pessoa designada para os acompanhar durante a visita aos equipamentos integrantes do sistema de iluminação pública objeto do contrato a celebrar, no dia subsequente ao do pedido.
4. Os concorrentes não podem, em caso algum, invocar o desconhecimento das condições dos equipamentos objeto do contrato a celebrar ou imputar qualquer responsabilidade a esse título à entidade adjudicante.

Artigo 9.º

Modo de apresentação da proposta

1. As propostas são apresentadas diretamente na Plataforma acingov, devendo a sua receção ser registada com referência às respetivas data e hora, mediante entrega do correspondente recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
2. A data limite fixada para a apresentação da proposta pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
3. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficiará todos os interessados.
4. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas até ao termo do prazo da respetiva apresentação, desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.
5. A proposta, assim como todos os documentos que a instruem, carregados na Plataforma, devem ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica

- qualificada que permitam atestar os poderes de representação, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de outubro.
6. O cumprimento do requisito referido na última parte do número anterior pode ser substituído por documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação do concorrente por parte do assinante.
 7. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seu representante.
 8. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada pelo representante comum ou, não existindo, por todos os seus membros ou respetivos representantes.
 9. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, prevalecendo, em caso de divergência, o preço indicado por extenso.
 10. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
 11. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documento deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 12. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na Plataforma, pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.
 13. Quando pela sua natureza, qualquer documento que constitui a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 5, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, nos termos seguintes:
 - a) No rosto do invólucro deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
 - b) Deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - c) A receção deve ser registada por referência de data e hora.

Artigo 10.º

Conteúdo das propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do Concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Programa do Procedimento, acompanhada de documento comprovativo de que a mesma se mostra assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o efeito;
 - b) O preço da proposta, mediante o preenchimento e entrega da declaração constante do Anexo II ao presente programa do procedimento, que dele faz parte integrante.
 - c) O quadro-resumo previsto no Anexo III, devidamente preenchido;

- d) Documentos com os termos ou as condições sobre os aspetos da execução do Contrato, acompanhados do preenchimento do Anexo IV ao presente programa do procedimento, que dele faz parte integrante, designadamente:
- A memória descritiva das medidas de melhoria da eficiência energética a implementar e a instalar respetivamente, incluindo a quantificação das economias a alcançar e o respetivo planeamento;
 - O custo estimado das medidas de melhoria da eficiência energética, incluindo a respetiva manutenção;
 - O projeto de execução referido no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, acompanhado do comprovativo da titularidade de alvará adequado para a sua realização, quando a proposta preveja a realização de trabalhos de empreitada;
 - A matriz de responsabilidade, risco e performance;
- e) Sempre que a solução proposta contemple a execução de trabalhos de empreitada, a proposta é ainda constituída pelo respetivo projeto em fase de Programa Base, nos termos do disposto na Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de julho;
- f) Declaração de garantia do fabricante das luminárias para o período de vigência do contrato, com assinatura(s) reconhecida(s) ou eletrónica(s) qualificada(s) de quem legalmente o vincule;
- g) Certidão permanente e/ou procuração do fabricante das luminárias que comprove a qualidade e os poderes de quem assina a garantia referida na alínea anterior;
- h) Declaração de garantia do concorrente para os demais equipamentos das Melhorias de Eficiência Energética a implementar para o período de vigência do contrato;
- i) Declaração de garantia do fabricante dos equipamentos do projeto piloto para o período de 5 anos;
- j) Documento que contenha o quadro Matriz de Risco Responsabilidade e Performance elaborado em conformidade com o disposto no Anexo IV ao presente Programa de Procedimento, devidamente preenchidos;
- k) Fichas técnicas das luminárias e dos equipamentos do projeto piloto;
- l) Documento emitido pela E-Redes, que comprove que as luminárias propostas são produtos qualificados no âmbito do sistema de qualificação daquela empresa na sua última versão (DMA-C71-111/N Edição 5), em conformidade com o Anexo II do Caderno de Encargos;
- m) Certificado ENEC ou equivalente das luminárias;

-
- n) Declaração CE das luminárias e dos equipamentos do projeto piloto;
- o) Ficha técnica do LED utilizado nas luminárias propostas e nos equipamentos do projeto piloto;
- p) Ficha técnica do driver utilizados nas luminárias e nos equipamentos do projeto piloto;
- q) Relatório de fotometria para todas as luminárias e para os equipamentos do projeto piloto, emitido por laboratório acreditado de acordo com os requisitos da norma ISO 17025 para medições fotométricas de acordo com a norma EN 13032-4, onde se comprove ou onde conste (com valores de medição onde aplicável) o seguinte:
- Modelo da luminária ensaiada;
 - Fotografia da luminária ensaiada;
 - Temperatura de cor correlacionada (CCT) [°K];
 - Índice de restituição cromática (CRI);
 - Temperatura ambiente de medição [°C];
 - Número de LEDs;
 - Potência nominal da luminária [W];
 - Fluxo luminoso da luminária à potência nominal [lm];
 - Eficácia luminosa da luminária [lm/W];
 - Fator de potência;
 - Referência do driver;
- Referência do LED;
- r) Ficheiros dos estudos luminotécnicos para cada um dos perfis de via definidos no ponto 3.2 do Anexo II do Caderno de Encargos, em formato EVO do programa de cálculo DIALUX;
- s) Relatórios dos estudos luminotécnicos em formato PDF, demonstrando o cumprimento com os requisitos de cada perfil de via definidos no ponto 3.2 do Anexo II do Caderno de Encargos;
- t) Ficheiros LDT das luminárias utilizadas nos estudos luminotécnicos em cada um dos perfis de via definidos no ponto 3.2 do Anexo II do Caderno de Encargos;
- u) Ficha técnica do controlador;
- v) Declaração CE do controlador;
- w) Certificado de Conformidade dos controladores com a diretiva RED 2014/53/EU;
- x) Ficha técnica do software Sistema de Gestão Operacional do Parque de Luminárias (SGOPL);
- y) Manual do sistema de gestão dos equipamentos do projeto piloto.
2. No caso de o concorrente revestir a forma de agrupamento aplica-se o disposto no n.º 5 do artigo 57.º do CCP.

3. Fazem parte da proposta e devem ser entregues no mesmo prazo e na morada da entidade adjudicante, amostras das tipologias D1, D3 e V1 das luminárias LED que se propõem fornecer, bem como amostra de um equipamento piloto, para que a entidade adjudicante possa proceder, se entender, a testes de validação das respetivas funcionalidades.
4. A não apresentação de todos os documentos e amostras exigidos neste artigo, nas condições expressas, implica a exclusão da proposta, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 146.º, n.º 2, al. d) do Código dos Contratos Públicos.
5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, exceto os referidos nas alíneas o) e p) do n.º 1, que podem ser apresentados em língua inglesa.
6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, os documentos instrutórios devem ser acompanhados de tradução devidamente certificada, que prevalece sobre os respetivos originais para os devidos efeitos.

Artigo 11.º

Propostas condicionadas e variantes

Não é permitida a apresentação de propostas condicionadas ou variantes.

Artigo 12.º

Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes devem manter as propostas apresentadas pelo prazo de 180 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a entrega das mesmas.

Artigo 13.º

CrITÉrio de Adjudicação

A avaliação das propostas é realizada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, de acordo com a metodologia de avaliação constante do Anexo V, ao presente Programa do Procedimento.

Artigo 14.º

Leilão eletrónico

Não haverá lugar a um leilão eletrónico.

Artigo 15.º

Prazo para a apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas diretamente na Plataforma, até às 23H59 do 30.º (trigésimo) dia a contar da data de envio do convite.

Artigo 16.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia útil imediatamente subsequente ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na Plataforma.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password, é facultada aos concorrentes incluídos na lista a consulta, diretamente na Plataforma, de todas as propostas apresentadas.

3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2.

Artigo 17.º

Esclarecimentos

1. O júri do Concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e avaliação das mesmas, fazendo os esclarecimentos prestados pelos concorrentes parte integrante da respetiva proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
2. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo de 3 (três) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta.
3. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a exigência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
4. Os esclarecimentos devem ser prestados pelos concorrentes no prazo de 3 (três) dias a contar da notificação para o efeito e tanto os pedidos do júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, como as respetivas respostas, são disponibilizados através da Plataforma, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.

Artigo 18.º

Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas apresentadas pelos concorrentes e a aplicação do critério de adjudicação previsto no artigo 13.º, o Júri elabora o Relatório Preliminar fundamentado, no qual propõe:
 - a. A ordenação das propostas;
 - b. A exclusão das propostas:
 - i. Que se encontrem em alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º do CCP;
 - ii. Apresentadas por concorrentes relativamente aos quais tenha sido proferida decisão definitiva de revogação da qualificação como ESE, nos termos do artigo 12.º do SQESE;

- iii. Apresentadas por concorrentes que não apresentam o nível de qualificação como ESE exigido para o perfil atual do consumo de energia das instalações integradas no objeto do Contrato, nos termos dos artigos 3.º e seguintes do SQESE;
 - iv. Cujas amostras não sejam entregues ou cujos resultados dos testes de verificação das suas funcionalidades que vierem a ser executados pela entidade adjudicante não sejam satisfatórios;
 - v. Com uma matriz de responsabilidade, risco e performance com mais do que uma resposta negativa;
 - vi. Que apresentem qualquer medida que se enquadre em alguma das situações descritas na Cláusula 8.ª do Caderno de Encargos.
- c. A adjudicação da proposta ordenada em primeiro lugar.
2. O relatório preliminar é objeto de notificação a todos os concorrentes para a sua eventual pronúncia, por escrito, em sede de audiência prévia sobre as respetivas conclusões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 19.º

Relatório final

1. O júri procede à elaboração do relatório final fundamentado nos termos do qual analisa e pondera as eventuais pronúncias realizadas em sede de audiência prévia, mantendo ou alterando as conclusões do relatório preliminar.
2. Caso o relatório final altere as conclusões do relatório preliminar mediante, designadamente, a ordenação ou a exclusão da proposta de concorrente previamente excluída ou ordenada respetivamente, ou a alteração da ordenação das propostas, o júri do Concurso procede a nova audiência prévia nos termos do n.º 2 do artigo anterior, seguindo-se novo relatório final.
3. O relatório final, e respetiva documentação instrutória, é objeto de notificação ao órgão competente para a decisão de contratar com vista à sua decisão sobre a aprovação das propostas ordenadas nos termos dos artigos anteriores.

CAPÍTULO III

ADJUDICAÇÃO, HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 20.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, em conjunto com o relatório final da fase de adjudicação.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário é ainda notificado para:
 - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 21.º;
 - b. Apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, n.º 9 do artigo 81.º CCP;
 - c. Apresentar documento comprovativo de registo no RCBE nos termos do disposto no artigo 22.º;

- d. Prestar caução, nos termos do disposto no artigo 23.º;
- e. Se pronunciar sobre a minuta de contrato.

Artigo 21.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 20.º:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo VI;
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - c. Documentos demonstrativos da titularidade de registo junto da Direção-Geral de Energia e Geologia;
 - d. Alvará de construção contendo a 2.ª, 3.ª e 4.ª subcategoria da 4.ª categoria – Instalações Elétricas e Mecânicas - em classe que cubra o valor da empreitada;
 - e. No caso da proposta adjudicada contemplar a execução de trabalhos de empreitada, alvará de construção contendo as habilitações adequadas àqueles;
 - f. Quando se verifique o recurso a subempreiteiros, o adjudicatário deverá apresentar, quanto a estes, os seguintes documentos:
 - I. Número de Alvará ou de título de registo;
 - II. Documentos referidos nas alíneas a) e b) deste número;
 - III. Certidão da Conservatória do Registo Comercial;
 - IV. Declaração de compromisso relativa à execução dos trabalhos que se propõe realizar;
 - V. Certificado de homologação pela E-Redes para intervenções na rede pública de iluminação, se aplicável.
 - g. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta final apresentada por um agrupamento, para além do cumprimento do disposto no artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, são ainda apresentados os documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade jurídica de Agrupamento Complementar de Empresas ou de Consórcio Externo, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81 de 28 de julho, com sede em Portugal.
 - h. Documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável.
2. No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para suprir essas irregularidades no prazo de 10 (dez) dias.
3. O modo de apresentação dos documentos de habilitação obedece às regras e termos constantes da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

Artigo 22.º

Registo Central de Beneficiário Efetivo

1. Em simultâneo com a apresentação dos documentos de habilitação, caso se trate de pessoa coletiva e, em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, deverá o adjudicatário apresentar documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, facultar à entidade adjudicante o respetivo código de acesso.
2. Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, a falta de apresentação do documento enunciado no número anterior impede a celebração do contrato objeto do presente procedimento.
3. O incumprimento da obrigação prevista no número 1 do presente artigo, determina a caducidade da adjudicação nos termos e para os efeitos previstos no artigo 87.º-A do CCP.

Artigo 23.º

Caução

1. No prazo de 10 (dez) dias após notificação da adjudicação, o adjudicatário procede à prestação de caução para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do Contrato, mediante garantia bancária ou seguro-caução em conformidade, respetivamente, com os modelos constantes do Anexo VII ao presente Programa do Procedimento, que dele fazem parte integrante.
2. O valor da caução fixa-se em 5% do preço contratual calculado nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, sendo restituído ao adjudicatário de acordo com o definido no caderno de encargos.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 24.º

Encargos dos concorrentes e do adjudicatário

1. Os custos inerentes à apresentação da proposta constituem encargos dos concorrentes.
2. Constituem encargos do adjudicatário, nomeadamente:
 - a. As despesas inerentes à prestação da caução;
 - b. As despesas e encargos inerentes à celebração do Contrato;
 - c. As despesas inerentes à celebração de todos os contratos de seguro legalmente exigidos;
 - d. Os emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, em sede de fiscalização prévia, quando aplicável.

Artigo 25.º

Contagem dos prazos

À contagem dos prazos relativos ao presente procedimento é aplicável o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 470.º do CCP.

Artigo 26.º

Legislação aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente programa do procedimento, aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, e, subsidiariamente, o CCP.

Artigo 27.º

Anexos

Os anexos previstos no presente programa de procedimento são os seguintes:

Anexo I – Declaração conforme anexo I do CCP / DEUCP;

Anexo II – Declaração de indicação do preço contratual;

Anexo III – Documento a que se refere o artigo 10.º, n.º 1, al. c);

Anexo IV – Documentos a que se refere o artigo 10.º, n.º 1, al. d);

Anexo V – Metodologia de avaliação das propostas;

Anexo VI – Declaração conforme anexo II do CCP;

Anexo VII - Modelos de garantia bancária e seguro caução.

ANEXO I

(DECLARAÇÃO CONFORME ANEXO I AO CCP)

DECLARAÇÃO

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de(1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada(2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a. ...
 - b. ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura(4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º)

Declaração de indicação do preço contratual

[Identificação do representante legal do proponente ou, em caso de pessoa singular, do proponente, mediante a indicação do nome, número de identificação fiscal e domicílio profissional], na qualidade de representante legal de [identificação do proponente(1) ou, em caso de agrupamento proponente, identificação dos membros que constituem o agrupamento, mediante a indicação da(s) firma(s), número(s) de identificação de pessoa coletiva e sede(s)], propõe-se a executar todas as obrigações decorrentes do contrato de gestão de eficiência energética, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, que vier a ser celebrado na sequência do [identificar o procedimento concursal], pelo preço contratual de € [expressão numérica e por extenso], nos termos do disposto no artigo 7.º do referido Decreto-Lei n.º 50/2021, e, subsidiariamente e com as necessárias adaptações, nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

O preço contratual proposto não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Sobre o supramencionado montante incide o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incorporados todos os valores relativos a suprimento de erros e omissões que tenham sido identificados e aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP.

(1) Aplicável quando se trate de pessoa coletiva.

[Data e assinatura dos subscritores]

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '5' and various initials.

ANEXO III

(a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º)

Quadro-resumo das variáveis de poupança

Item de Poupança	Valor proposto (%, anos)
Poupança mínima garantida para a entidade adjudicante (expressa em percentagem da poupança total em euros)	
Duração do Contrato	

ANEXO IV

(a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 10.º)

Execução do Contrato

1 — Memória descritiva das medidas de melhoria de eficiência energética.

Os concorrentes devem apresentar a memória descritiva das propostas que pretendem implementar no âmbito do presente procedimento, com a descrição da implementação das medidas de melhoria de eficiência energética, e respetivos prazos, e dos recursos humanos e materiais a afetar à execução do Contrato.

1.1 — Medidas propostas:

a) Os concorrentes devem preencher o seguinte quadro:

Item de Poupança	Valor proposto (%)
Poupança total base garantida, em euros, em relação ao consumo base de referência, em euros	

b) As medidas propostas são inscritas no quadro tipo seguinte, mediante o preenchimento de uma linha por cada medida de forma desagregada, tendo em consideração o tipo de sistema ou equipamento intervencionado, nos termos do quadro seguinte:

Medida	Poupança energia (kWh/ano)	Poupança na fatura de energia elétrica (€/ano)	Poupança de outros custos não relacionados com energia (€/ano)	Poupança total, no primeiro ano de contrato (€/ano)
(...)				

Poupanças totais				
------------------	--	--	--	--

1.2 – Planeamento:

- Os concorrentes devem apresentar o planeamento do projeto da respetiva intervenção, desde a data da consignação até à execução das medidas.
- O planeamento inclui os recursos humanos e materiais necessários à implementação das medidas propostas, assim como o detalhe de todas as tarefas a realizar;
- O planeamento deve conter um cronograma de barras ou de *Gantt*, indicando no mesmo a *milestone* relativa ao início da fase de serviço que corresponde ao primeiro dia do mês seguinte ao da aceitação e execução das medidas.

1.2.1 — Recursos humanos, em cujo âmbito se incluem:

- Os respetivos técnicos, mediante o preenchimento do quadro seguinte:

Função	Habilitações	Responsabilidade no projeto	Alocação de tempo prevista para o projeto, mediante a percentagem % do tempo total de trabalho numa base diária
(...)			
(...)			

- As outras entidades com responsabilidade na execução do contrato, mediante o preenchimento do quadro seguinte:

Função	Responsabilidade no projeto	Percentagem (%) de responsabilidade no trabalho a realizar, medido como a percentagem (%) do valor do trabalho a realizar no total do investimento
(...)		
(...)		

1.2.2 — Recursos materiais, em cujo âmbito se incluem:

- Os equipamentos a fornecer pelo adjudicatário, mediante o preenchimento do

quadro seguinte com a indicação de todos os bens a afetar ao Contrato:

Medida	Sistemas novos a instalar	Marca	Modelo	Sistemas existentes objeto de intervenção	Marca	Modelo	Código
(...)							
(...)							

d) Plano e relatórios de medição e verificação:

O planeamento inclui o plano e os relatórios de medição e verificação de cada medida a propor, a elaborar de acordo com a metodologia constante do *International Performance Measurement and Verification Protocol (IPMVP)*, Volume I.

1.3 — Custo das medidas de melhoria da eficiência energética e respetiva manutenção:

a) Os concorrentes devem indicar os Preços Unitários considerados no plano económico-financeiro para o Contrato, mediante o preenchimento do quadro seguinte:

Designação das instalações, equipamentos, sistemas e outros	Preço unitário		
	Fornecimento	Aplicação	Manutenção
(...)			
(...)			

b) Os concorrentes devem proceder à quantificação das poupanças garantidas para a entidade adjudicante por cada ano da execução do Contrato, nos termos do quadro seguinte:

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6
Poupança garantida para a entidade adjudicante (em kWh)						
Poupança garantida para a entidade adjudicante (em euros)						

	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12
Poupança garantida para a entidade adjudicante (em kWh)						
Poupança garantida para a entidade adjudicante (em euros)						

	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Total
Poupança garantida para a entidade adjudicante (em kWh)					
Poupança garantida para a entidade adjudicante (em euros)					

- c) Os concorrentes devem indicar os preços unitários dos equipamentos e restantes bens a afetar à execução do Contrato, mediante o preenchimento do quadro seguinte:

Designação das instalações, equipamentos, sistemas e outros	Preço unitário		
	Fornecimento	Aplicação	Manutenção
(...)			
(...)			

1.4 – Matriz de responsabilidade, risco e performance

Na matriz descrita no quadro abaixo estão descritas situações previstas e reguladas no Caderno de Encargos. Pretende-se, com o preenchimento do quadro abaixo, obter do concorrente as suas interpretações sobre as situações que lhe são colocadas e o tipo de resposta que se propõe a dar em cada uma delas.

Responsabilidade/Descrição
ESE

Aceitação por parte da

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "Sim" and various initials.

Sim = 1/ Não = 0

1. Dimensão financeira:

A definir em função do objeto do contrato -----

2. Medição e Verificação:

A definir em função do objeto do contrato -----

3. Operação:

A definir em função do objeto do contrato -----

4. Performance:

A definir em função do objeto do contrato -----

ANEXO V

(a que se refere o artigo 23.º)

Avaliação das propostas

1. A avaliação das propostas tem por base o desempenho energético mínimo requerido no âmbito da execução do Contrato, densificado pelos fatores da percentagem mínima de poupança garantida para o Contraente Público, do prazo contratual, da duração da Fase de Implementação e do valor de kWh nos termos da seguinte tabela:

Item de Poupança	Condições Mínimas Requeridas (Parâmetro Base)
Desempenho energético mínimo (em kWh, em relação à baseline de consumo)	70,00%
Percentagem mínima de poupança garantida para a entidade adjudicante, a aplicar sobre as economias contratualizadas.	10%
Prazo contratual	15 a 16 anos
Prazo máximo da duração da Fase de Implementação	6 meses
Valor do kWh do contrato	0,17€

2. A ordenação das propostas é efetuada da pontuação mais elevada para a pontuação mais baixa.
3. Perante duas propostas com a mesma pontuação, o desempate será obtido em função da economia total de energia presente na proposta, prevalecendo aquela da qual conste a maior economia de energia.
4. Permanecendo o empate será efetuado sorteio na presença de todos os concorrentes.
5. Considera-se que as propostas apresentam a mesma pontuação quando a pontuação atribuída, arredondada às centésimas, for igual para ambas as propostas.
6. Para efeitos de cálculo da pontuação da proposta de cada concorrente é considerada a seguinte fórmula geral:

$$P = \left[\frac{VAL - VAL_{min}}{VAL_{min}} \right] \times (40)\% + \left[\frac{(16) - n}{(16) - (15)} \right] \times (60)\%$$

em que,

P = Pontuação do concorrente

VAL = Valor atualizado líquido da poupança mínima garantida para a adjudicante, proposta pelo concorrente

VAL_{min} = Valor atualizado líquido da poupança mínima garantida para a entidade adjudicante admitida no concurso

n = Duração do projeto proposta pelo concorrente, em anos.

7. Para o cálculo do VAL referido na alínea b) do número anterior é considerada a seguinte fórmula geral:

$$VAL = \sum_{t=1}^n \left[\frac{PG_t \times E_{en_t}}{(1 + 4\%)^t} \right]$$

em que,

PG_t = Poupança mínima garantida proposta pelo concorrente para a entidade adjudicante, em percentagem das economias de energia contratualizadas, aplicável ao ano t [mínimo exigido de 10%]

E_{en_t} = Poupança total base garantida proposta pelo concorrente, em euros, em relação ao consumo base de referência, aplicável ao ano t [mínimo exigido de 70%]

8. Para o cálculo do VAL_{min} referido na alínea c) do n.º 6 é considerada a seguinte fórmula geral:

$$VAL_{min} = \sum_{t=1}^n \left[\frac{PG_{min_t} \times E_{en_{min_t}}}{(1 + 4\%)^t} \right]$$

em que,

PG_{min_t} = Poupança Mínima Garantida para a entidade adjudicante, em percentagem das economias de energia contratualizadas, aplicável ao ano t [10%]

$Een min_t$ = Poupança total base garantida, em euros, em relação à base de consumo de referência, aplicável ao ano t [70%]

ANEXO VI

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º)

DECLARAÇÃO CONFORME ANEXO II DO CCP

1..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁽³⁾ os documentos comprovativos de que a sua representada⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação dos contratos públicos sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO VII
(a que se refere o artigo 23.º)

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

Para [entidade adjudicante].

Garantia n.º [preencher pelo Banco, com a indicação da data].

A pedido e por conta do [adjudicatário⁽¹⁾], nos termos do programa do procedimento, o [Banco⁽²⁾] presta, pelo presente documento, a favor da [entidade adjudicante], garantia bancária até ao montante de € [expressão numérica e por extenso], destinada a caucionar o efetivo e pontual cumprimento por aquele do contrato de gestão de eficiência energética celebrado ao abrigo do decreto-lei n.º 50/2021, de 15 de junho, nos seguintes termos:

- 1 — Na qualidade de principal pagador o Banco garante, sem quaisquer reservas e com renúncia ao benefício da excussão prévia do património do [adjudicatário], o pagamento da importância de € [expressão numérica e por extenso], enquanto montante garantido.
- 2 — A presente garantia bancária configura -se como autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.
- 3 — O Banco obriga -se, no prazo de cinco dias a contar da receção, na [morada do Banco], de declaração escrita do [representante da entidade adjudicante], a pagar à [entidade adjudicante], por crédito na conta bancária indicada naquela declaração, o montante garantido ou, se inferior, o montante solicitado na referida declaração.
- 4 — A declaração referida no número anterior deve conter a indicação da importância devida pelo [adjudicatário] e os fundamentos para a sua execução, constituindo comprovativo suficiente para o efeito.
- 5 — Perante a receção da declaração referida nos n.ºs 3 e 4 o Banco não pode considerar quaisquer exceções opostas pelo [adjudicatário], assim como não pode opor à [entidade adjudicante] quaisquer reservas ou meios de defesa que o [adjudicatário] possa fazer valer contra aquele.
- 6 — A presente garantia bancária produz efeitos a partir da data da sua emissão, e permanece válida pelo prazo de [preencher] e pode ser liberada em prazo inferior, mediante autorização expressa da [entidade adjudicante].
- 7 — A presente garantia bancária não pode ser anulada ou alterada sem o consentimento escrito do beneficiário independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Representante do Banco⁽³⁾]

-
- (1) Identificação do adjudicatário, mediante a indicação, em caso de pessoa singular, do nome, número de identificação fiscal e domicílio profissional ou, em caso de pessoa coletiva, do nome do representante legal acompanhado da firma, número de identificação de pessoa coletiva e sede.
 - (2) Identificação da instituição bancária, mediante a indicação do número de identificação fiscal, sede, e capital social.
 - (3) Assinatura reconhecida na qualidade.

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

Para [entidade adjudicante].

Apólice n.º [a preencher pela Companhia de Seguros, com a indicação da data].

A pedido e por conta do [adjudicatário ⁽¹⁾], nos termos do programa do procedimento, a [Companhia de Seguros ⁽²⁾] presta, pelo presente documento, a favor da [entidade adjudicante], seguro-caução até ao montante de € [expressão numérica e por extenso], destinada a caucionar o efetivo e pontual cumprimento por aquele do contrato de gestão de eficiência energética celebrado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 50/2021, de 15 de junho, nos seguintes termos:

- 1 — Na qualidade de principal pagador a Companhia de Seguros garante, sem quaisquer reservas e com renúncia ao benefício da excussão prévia do património do [adjudicatário], o pagamento da importância de € [expressão numérica e por extenso], enquanto montante garantido.
- 2 — O presente seguro-caução configura-se como autónomo, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.
- 3 — A Companhia de Seguros obriga-se, no prazo de cinco dias a contar da receção, na [morada da Companhia de Seguros], de declaração escrita do [representante da entidade adjudicante], a pagar à [entidade adjudicante], por crédito na conta bancária indicada naquela declaração, o montante garantido ou, se inferior, o montante solicitado na referida declaração.
- 4 — A declaração referida no número anterior deve conter a indicação da importância devida pelo [adjudicatário] e os fundamentos para a sua execução, constituindo comprovativo suficiente para o efeito.
- 5 — Perante a receção da declaração referida nos n.ºs 3 e 4 a Companhia de Seguros não pode considerar quaisquer exceções opostas pelo [adjudicatário], assim como não pode opor à [entidade adjudicante] quaisquer reservas ou meios de defesa que o [adjudicatário] possa fazer valer contra aquele.
- 6 — O presente seguro-caução produz efeitos a partir da data da sua emissão, e permanece válido pelo prazo de [preencher] e pode ser liberado em prazo inferior, mediante autorização expressa da [entidade adjudicante].

7 — O presente seguro-caução não pode ser anulado ou alterado sem o consentimento escrito do beneficiário independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Representante da Companhia de Seguros⁽³⁾]

(1) Identificação do adjudicatário, mediante a indicação, em caso de pessoa singular, do nome, número de identificação fiscal e domicílio profissional ou, em caso de pessoa coletiva, do nome do representante legal acompanhado da firma, número de identificação de pessoa coletiva e sede.

(2) Identificação da Companhia de Seguros, mediante a indicação do número de identificação fiscal, sede, e capital social.

(3) Assinatura reconhecida na qualidade.



Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante

Informações sobre a publicação

Em relação aos procedimentos de contratação para os quais tenha sido publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, as informações exigidas na Parte I serão automaticamente recuperadas, desde que o DEUCP tenha sido preenchido utilizando o serviço DEUCP em linha. Referência do anúncio relevante publicado no jornal oficial da União Europeia:

Número do aviso recebido

-

Número do anúncio no índice do JO:

-

URL do JO

Jornal Oficial Nacional

-

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional)

Identidade do adquirente

Nome oficial:

Município de Mira

País:

Portugal

Informações sobre o procedimento de contratação

Tipo de procedimento

Concurso limitado

Título:

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, COM UMA EMPRESA DE SERVIÇOS ENERGÉTICOS, TENDO EM VISTA A CONCRETIZAÇÃO DE MEDIDAS DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE MIRA, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 50/2021, DE 15 DE JUNHO

Descrição sucinta:

-

Número de referência atribuído ao processo pela autoridade contratante ou pela entidade contratante (caso aplicável):

-

Parte II: Informações sobre o operador económico

A: Informações sobre o operador económico

Nome:

-

Rua e número:

-

Código postal:

-

Localidade:

-

País:

Endereço Internet (sítio web) (se aplicável):

-

Correio eletrónico:

-

Telefone:

-

Pessoa ou pessoas a contactar:

-

Número de IVA, se aplicável:

-

Se o número de IVA não for aplicável, indicar outro número de identificação nacional, quando necessário e se for aplicável

-

O operador económico é uma micro, uma pequena ou uma média empresa?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Apenas no caso de contratos reservados: o operador económico é uma entidade cujo objetivo é a integração social ou profissional, uma «empresa social» ou prevê a execução do contrato no quadro de programas de emprego protegido?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Qual a percentagem correspondente de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos?

-

Se necessário, queira especificar a que categoria ou categorias específicas de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos pertencem os empregados

-

Se for caso disso, o operador económico encontra-se inscrito numa lista oficial de operadores económicos aprovados ou dispõe de certificação equivalente (por exemplo, no âmbito de um sistema de (pré-)qualificação)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

- Responder às outras partes da presente secção, à secção B e, caso necessário, à secção C, da presente parte, preencher a parte V, se for caso disso, e, em todo o caso, preencher e assinar a parte VI.

a) Queira indicar o número de registo ou de certificação relevante, se aplicável:

-

b) Se o certificado de inscrição ou a certificação puderem ser obtidos por via eletrónica, indicar:

-

c) Indicar as referências em que se baseia a inscrição ou a certificação e, se for caso disso, a classificação obtida na lista oficial:

-



d) A inscrição ou a certificação abrange todos os critérios de seleção necessários?

- ☐ Sim
☐ Não

- Preencher também as informações em falta na parte IV, secções A, B, C ou D, consoante o caso, UNICAMENTE se tal for exigido no anúncio ou nos documentos do concurso relevantes

e) Pode o operador económico apresentar um certificado relativo ao pagamento das contribuições para a segurança social e dos impostos ou prestar informações que permitam à autoridade contratante ou entidade contratante obtê-lo diretamente através de uma base de dados nacional em qualquer Estado-Membro e que possa ser consultada gratuitamente?

- ☐ Sim
☐ Não

Se a documentação pertinente puder ser obtida por via eletrónica, indicar:

-

O operador económico participa no procedimento de contratação conjuntamente com outros operadores?

- ☐ Sim
☐ Não

- Queira assegurar que as outras partes interessadas preenchem um formulário DEUCP distinto.

a) Indicar o papel do operador económico no grupo (chefe do grupo, responsável pela execução de tarefas específicas...):

-

b) Indicar os outros operadores económicos que participam conjuntamente no procedimento de contratação:

-

c) Nome do grupo participante, se aplicável:

-

Quando aplicável, indicação do(s) lote(s) aos quais o operador económico pretende concorrer:

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

-

B: Informações sobre os representantes do operador económico #1

- Se aplicável, indicar o(s) nome(s) e endereço(s) da(s) pessoa(s) habilitada(s) a representar o operador económico para efeitos do presente procedimento de contratação:

Nome próprio

-

Apelido

-

Data de nascimento

-

Local de nascimento

-

Rua e número:

-

Código postal:

-

Localidade:

-

País:

Correio eletrónico:

-

Telefone:

-

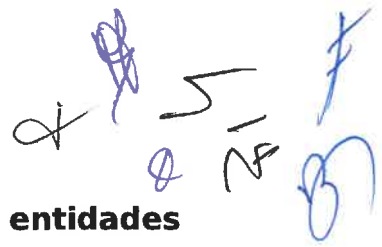
Cargo/Agindo na qualidade de:

-

Caso necessário, fornecer informações pormenorizadas sobre a representação (forma assumida, dimensão, efeito...):

-

C: Informações sobre o recurso às capacidades de outras entidades



O operador económico depende das capacidades de outras entidades para preencher os critérios de seleção estabelecidos na parte IV, bem como os (eventuais) critérios e regras indicados na parte V?

- ☐ Sim
☐ Não

- Queira apresentar um formulário DEUCP separado com as informações exigidas nas secções A e B da presente parte e na parte III para cada uma das entidades envolvidas, devidamente preenchidos e assinados por essas mesmas entidades.

Queira notar que essas informações devem também incluir quaisquer técnicos ou serviços técnicos não diretamente integrados na empresa do operador económico, em particular os responsáveis pelo controlo da qualidade e, no caso dos contratos de empreitada de obras públicas, dos técnicos ou dos serviços técnicos a quem o operador económico poderá recorrer para executar as obras.

Na medida em que forem relevantes para efeitos da(s) capacidade(s) específica(s) a que o operador económico irá recorrer, queira incluir as informações exigidas nas partes IV e V em relação a cada uma das entidades envolvidas.

D: Informações sobre os subcontratantes a cujas capacidades o operador económico não irá recorrer

- (Esta secção só deverá ser preenchida se a informação em causa for explicitamente exigida pela autoridade ou entidade contratante.)

O operador económico tem a intenção de subcontratar alguma parte do contrato a terceiros?

- ☐ Sim
☐ Não

Em caso afirmativo e na medida em que sejam conhecidos, queira apresentar uma lista dos subcontratantes propostos:

-

- Se a autoridade ou entidade contratante solicitar expressamente essas informações para além das informações previstas na Parte I, queira apresentá-

las nas secções A e B da presente parte e na Parte III para cada (categoria de) subcontratante em causa.

Parte III: Motivos de exclusão

A: Motivos relacionados com condenações penais

O artigo 57.º, n.º 1, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Participação numa organização criminosa

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por participação numa organização criminosa, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada (JO L 300 de 11.11.2008, p. 42).

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Corrupção

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por corrupção, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page.

e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia (JO C 195 de 25.6.1997, p. 1) e do artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no setor privado (JO L 192 de 31.7.2003, p. 54). Este motivo de exclusão inclui também a corrupção conforme definida na legislação nacional da autoridade contratante (entidade contratante) ou do operador económico.

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- ☐ Sim
☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Fraude

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por fraude, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à proteção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias (JO C 316 de 27.11.1995, p. 48).

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção dos artigos 1.º e 3.º da Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo (JO L 164 de 22.6.2002, p. 3). Este motivo de exclusão inclui também a instigação, a cumplicidade ou a tentativa de infração nos termos do artigo 4.º da referida decisão-quadro.

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2005, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (JO L 309 de 25.11.2005, p. 15).

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- ☐ Sim
☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho (JO L 101 de 15.4.2011, p. 1).

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

B: Motivos relacionados com o pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social

O artigo 57.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Pagamento de impostos

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

País ou Estado-Membro em causa

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

☐ Sim

☐ Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

☐ Sim

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

☐ Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

-

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

-

Queira descrever os meios utilizados

-

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Pagamento de contribuições para a segurança social

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de contribuições para a segurança social, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou da entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

País ou Estado-Membro em causa

Handwritten marks in the top right corner, including a large 'X', a checkmark, and a circled 'B'.

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

- ☐ Sim
☐ Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

- ☐ Sim
☐ Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

-

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

-

Queira descrever os meios utilizados

-

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

- ☐ Sim
☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- ☐ Sim
☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

C: Motivos relacionados com a insolvência, conflitos de interesses ou uma falta grave em matéria profissional

O artigo 57.º, n.º 4, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Violação das obrigações no domínio da legislação ambiental

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação ambiental? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- ☐ Sim
☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Violação das obrigações no domínio da legislação social

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação social? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- ☐ Sim
☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Violação das obrigações no domínio da legislação laboral

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação laboral? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
- ☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- ☐ Sim
- ☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Falência

O operador económico encontra-se em situação de falência?

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
- ☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- ☐ Sim
- ☐ Não

URL

-

Código

-

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

Emitente

-

Insolvência

O operador económico é objeto de um processo de insolvência ou de liquidação?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Acordo com os credores

O operador económico celebrou um acordo com os seus credores?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada

obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Situação análoga, como falência ao abrigo da legislação nacional

O operador económico encontra-se em alguma situação análoga, como uma situação de falência decorrente de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

-

Código

-

Emitente

-

Ativos sob gestão por um liquidatário

Os ativos do operador económico estão a ser geridos por um liquidatário ou pelos tribunais?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Atividades suspensas

As atividades do operador económico encontram-se suspensas?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Acordos com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência

O operador económico celebrou acordos com outros operadores económicos com vista a distorcer a concorrência?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Falta grave em matéria profissional

O operador económico foi declarado culpado de uma falta grave em matéria profissional? Se for caso disso, ver as definições na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso.

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Conflitos de interesses decorrentes da participação no procedimento de contratação

O operador económico tem conhecimento de qualquer conflito de interesses, como tipificado na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso, decorrentes da sua participação no procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Intervenção direta ou indireta na preparação do presente procedimento de contratação

O operador económico ou uma empresa que lhe está associada aconselhou a autoridade ou entidade contratante ou participou de alguma outra forma na preparação do procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Rescisão antecipada, indemnizações ou outras sanções comparáveis

O operador económico foi objeto de rescisão antecipada de um contrato público anterior, de um contrato anterior com uma entidade contratante ou de um contrato de concessão anterior ou ainda objeto de um pedido de indemnização ou de outras sanções comparáveis ao abrigo desse contrato anterior?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Culpado de falsas declarações, ocultou informações, não conseguiu fornecer os documentos exigidos e obteve informações confidenciais sobre o presente procedimento

O operador económico já esteve numa das seguintes situações:

a) Foi considerado culpado de falsas declarações ao prestar as informações requeridas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou o cumprimento dos critérios de seleção,

b) Ocultou essas informações,

c) Não conseguiu apresentar sem demora os documentos comprovativos exigidos por uma autoridade contratante ou entidade contratante, e

d) Diligenciou no sentido de influenciar indevidamente o processo de decisão pela autoridade ou entidade contratante para obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no concurso nem de prestar, por negligência, informações deturpadas suscetíveis de influenciar de forma determinante decisões de exclusão, seleção ou adjudicação?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Parte IV: Critérios de seleção

Terminar

Parte V: Redução do número de candidatos qualificados

O operador económico declara que:

Cumpe os critérios ou regras de natureza objetiva e não discriminatória a aplicar a fim de limitar o número de candidatos da seguinte forma:

Se forem exigidos determinados certificados ou outros documentos comprovativos, queira indicar em relação a cada um se dispõe dos documentos necessários:

Se alguns destes certificados ou outros documentos comprovativos puderem ser obtidos por via eletrónica, queira indicar em relação a cada um deles:

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
- ☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- ☐ Sim
- ☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Parte VI: Declarações finais

O operador económico declara sob compromisso de honra que as informações apresentadas nas partes II - V são exatas e corretas, tendo sido prestadas com conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

O operador económico declara sob compromisso de honra que pode mediante pedido e sem demora, fornecer os certificados ou outros documentos comprovativos referidos, salvo quando::

a) A autoridade ou entidade contratante disponha da possibilidade de obter diretamente os documentos comprovativos em causa mediante a consulta gratuita de uma base de dados nacional de qualquer Estado-Membro (desde que o operador tenha fornecido as informações (endereço Web, autoridade ou organismo emissor, referência exata da documentação) necessárias para permitir que a autoridade ou entidade contratante o faça. Quando necessário, este elemento deverá ser acompanhado das autorizações de acesso exigidas), ou

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'J' and various scribbles.

b) a partir de 18 de outubro de 2018, o mais tardar (dependendo da transposição para a legislação nacional do artigo 59.º, n.º 5, alínea b), da Diretiva 2014/24/UE), a autoridade ou entidade contratante já disporá dos documentos em causa.

O operador económico autoriza expressamente a autoridade ou entidade adjudicante, conforme indicada na parte I, a ter acesso aos documentos comprovativos das informações prestadas nas informações constantes da parte III e da parte IV do presente Documento Europeu Único de Contratação Pública para efeitos do procedimento de adjudicação estabelecido na parte I.

Data, local e, quando exigido ou necessário, assinatura(s):

Data

-

Local

-

Assinatura